

RECEBIO ORIGINAL

em: 07/02/2023



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 045/2023

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

Detentor: JOÃO CARLOS ROSSATO		
Endereço para correspondência: Av. República Argentina, 1616, Apto 2, Bairro Jardim Manaus, Foz do Iguaçu/PR		CEP: 85.857-038
CNPJ/CPF: 132.298.770-04		Inscrição Estadual:
Fone: (45) 3523-9329	e-mail: teofilo@tecflor.com.br	
Registro no IPAAM: 0702.3406		Processo nº: 01.01.030201.007033/2022-51
Recibo SINAFLOP PMFS: 21318940		Recibo SINAFLOP POE: 21319002
Atividade: PMFS de Maior Impacto de Colheita		
Finalidade: Autorizar a exploração florestal através de um Plano de Manejo Florestal Sustentável de Maior Impacto de Colheita em uma Unidade de Produção Florestal – UPF única de 726,8263 hectares, cujo volume a ser explorado é de 14.846,68 m³ de madeira em tora.		
Pot. / Poluidor/Degradador: Pequeno	Porte: Excepcional	Validade: 02 anos
Responsável Técnico pela Elaboração: Engº. Florestal Teófilo Said Neto - RNP: 0403180503 – ART AM20220354388 - Chave: cB5Y3		
Responsável Técnico pela Execução: Engº. Florestal Teófilo Said Neto - RNP: 0403180503 – ART AM20220354388 - Chave: cB5Y3		

DADOS DO IMÓVEL/MANEJO FLORESTAL

Proprietário do imóvel: João Carlos Rossato	
CPF/CNPJ: 132.298.770-04	CAR: AM-1301704-973A.8F6D.2485.4DCC.9669.1869.12E7.5527
Município: Humaitá	
Localização: Margem Direita do Rio Ipixuna, Rodovia BR-319, KM 610, Humaitá/AM	
Denominação do imóvel: Conceição IV	
Registro Imóvel: Matrícula 354, Livro 2-B, fls. 61 do Cartório Cartório Pedro Paulo da Comarca de Humaitá/AM	
Coordenadas geográficas de referência da UPF (Datum SIRGAS 2000): -07° 17' 23,59" -63° 12' 21,39"	
Área da Propriedade (ha): 841,0535	Área da Unidade de Produção Florestal - UPF (ha): 726,8263
Área de Reserva Legal - ARL (ha): 672,89	Área de Efetiva Exploração Florestal - AEEF (ha): 665,9823
Área de Manejo Florestal - AMF (ha): 800,00	Intensidade de Colheita (m³/ha): 22,29
Volume de Madeira Autorizado (m³): 14.846,6883	Ciclo de corte (Anos): 30
Volume de Lenha Autorizado (ST): ---	Número de Espécies a colher: 20

Manaus-AM, 07 FEV 2023

Rosa Mariette Oliveira Geisler
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza
Diretor Presidente



RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 045/2023

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. Identificar a área do empreendimento com placa, conforme modelo IPAAM;
3. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
4. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no processo nº. 7073/2022-51.
5. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no processo físico e nas peças técnicas cadastradas no SINAFLO.
6. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença poderá implicar na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
7. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado comunicar ao IPAAM quando houver mudança de qualquer um destes itens.
8. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
9. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente – APP, ficando autorizadas somente intervenções, para fins de construção de pontes e bueiros conforme previsto no PMFS/POE.
10. Fica proibido o corte da Castanheira (*Bertholletia excelsa*) e da Seringueira (*Hevea spp.*) conforme estabelece o Decreto Federal nº 5.975/06 e da Andiroba (*Carapa guianensis*; *Carapa paraense*) e Copaíba (*Copaifera trapezifolia hayne*; *Copaifera reticulata*; *Copaifera multijuga*), de acordo com o Decreto Estadual nº 25.044/05.
11. Cumprir com as medidas de minimização dos impactos descritos no Projeto de Manejo Florestal apresentado a este Instituto.
12. Esta licença autoriza a extração das espécies e volumetria nela listadas, permitindo o início da exploração.
13. Após a emissão da AUTEX e posterior declaração de corte no SINAFLO, fica permitido a emissão de DOFs.
14. Fica proibida a entrada em propriedade de terceiros e o desmate sob qualquer justificativa sem autorização dos mesmos e do órgão ambiental competente.
15. É proibida a exploração (corte, arraste e transporte na floresta) nos períodos definidos pelo IPAAM de acordo com a Portaria IPAAM Nº 176/09, podendo ser permitido o transporte de madeira constante em Declaração de Corte e devidamente estocada no pátio de transbordo desde que comprovado por meio de Relatório de Atividades.
16. Afixar e manter, junto aos tocos das árvores exploradas, plaquetas com a numeração da árvore correspondente.
17. É obrigado o controle da origem florestal por meio de rastreamento da madeira colhida desde a sua localização na floresta até o seu local de desdobramento.
18. As toras em pátio deverão estar devidamente identificadas (numeração da árvore e identificação da tora/secção correspondente) por meio de plaquetas ou qualquer outro material que garanta a permanência do registro até a conclusão do transporte para o destino final.
19. Manter atualizadas as tabelas de romaneio, apresentando-as aos órgãos ambientais competentes durante as vistorias técnicas e fiscalizações.
20. Deverão constar no romaneio das toras, no mínimo, nome vulgar, espécie, número da tora/secção, medição em cruz das pontas, comprimento, volume (método geométrico), data de arraste e data de transporte.

Placa	Tora/Secção	Nome	Espécie	D1	D2	D3	D4	Comp. (m)	Vol. (m³)	Data de	Data de
-------	-------------	------	---------	----	----	----	----	-----------	-----------	---------	---------

21. Deverão, obrigatoriamente, acompanhar o transporte das toras, o DOF, Nota Fiscal e o romaneio para conferência pelo destinatário, bem como de equipes de fiscalização.
22. Apresentar relatórios parciais de atividade para monitoramento/acompanhamento das atividades de exploração florestal desenvolvidas na UPF, semestralmente a partir da liberação da Licença de Operação, assinado pelo responsável técnico do projeto, conforme Termo de Referência modelo IPAAM.
23. Apresentar Relatório Final das Atividades, em até 60 (sessenta) dias após o vencimento desta licença, conforme Termo de Referência Modelo IPAAM.
24. Os Relatórios de Atividades deverão estar acompanhados de romaneio em planilha Excel, com memória de cálculo em arquivo (.xls), mapa das estradas e pátios abertos em formato (.shp) e carta imagem de satélite (atualizada).
25. Indícios de comercialização irregular de créditos no sistema DOF constatados por meio da análise dos relatórios de atividades, acompanhamento do sistema DOF, monitoramento remoto ou de vistorias/fiscalização podem acarretar no bloqueio do DOF e a suspensão da AUTEX.
26. A saída de matéria prima do empreendimento cujo transporte seja considerado econômica ou logisticamente inviável deverá ser devidamente justificada.
27. Confirmados os indícios de comercialização irregular de créditos no sistema DOF será procedido a Suspensão e/ou cancelamento da Licença de Operação - LO e respectiva AUTEX.
28. Realizar a manutenção da estrada principal da UPF, mantendo-a trafegável até a vistoria pós-exploratória.
29. Sinalizar com placas e manter preservada e livre de exploração, uma faixa de vegetação de no mínimo 150 (cento e cinquenta) metros entre a propriedade e qualquer Unidade de Conservação e/ou Terra Indígena.
30. O detentor, o explorador florestal e o responsável técnico do PMFS/POE, estão sujeitos às sanções administrativas na medida de sua culpabilidade.

RECEBI O ORIGINAL

em 07/02/2023

[Handwritten signature]



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 045/2023 fls. 02

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

Detentor: JOÃO CARLOS ROSSATO	
Endereço para correspondência: Av. República Argentina, 1616, Apto 2, Bairro Jardim Manaus, Foz do Iguazu/PR	CEP: 85.857-038
CNPJ/CPF: 132.298.770-04	Inscrição Estadual:
Fone: (45) 3523-9329	e-mail: teofilo@tecflor.com.br
Registro no IPAAM: 0702.3406	Processo nº: 01.01.030201.007033/2022-51
Recibo SINAFLOR PMFS: 21318940	Recibo SINAFLOR POE: 21319002

DADOS DE EXPLORAÇÃO/VOLUME (ESTIMADO)

Nome Popular	Nome Científico	Autorizado	
		Vol. (m³)	NA
Abiurana	<i>Pouteria guianensis</i>	751,6602	258
Angelim-amargoso	<i>Vatairea sericea</i>	163,3495	54
Angelim-pedra	<i>Hymenolobium petraeum</i>	1.120,7716	223
Angelim-saia	<i>Parkia pendula</i>	169,9151	19
Cambará	<i>Erismia uncinatum</i>	2.575,6956	576
Cumaru	<i>Dipteryx odorata</i>	1.183,0976	344
Cupiúba	<i>Goupia glabra</i>	2.351,0587	663
Fava-orelha-de-macaco	<i>Enterolobium schomburgkii</i>	404,6348	86
Guariúba	<i>Clarisia racemosa</i>	163,6219	48
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>	781,8252	181
Jequitibá	<i>Allantoma lineata</i>	1.629,7046	272
Libra	<i>Qualea paraensis</i>	305,2638	86
Louro	<i>Nectandra moritziana</i>	188,9232	49
Mandioqueira	<i>Qualea albiflora</i>	287,4505	64
Marupá	<i>Simarouba amara</i>	552,4838	171
Muirapiranga	<i>Brosimum paraense</i>	354,5560	101
Quaruba	<i>Vochysia maxima</i>	676,5364	166
Sucupira-amarela	<i>Bowdichia nitida</i>	353,4274	108
Tamarindo	<i>Martiodendron elatum</i>	126,5596	34
Tauari	<i>Couratari guianensis</i>	706,1521	119
TOTAL		14.846,68	3.622

LEGENDA: V – Volume em m³ - ESTIMADO. NA – Número das árvores

Atenção:

- Esta licença é composta de 30 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM, 07 FEB 2023

Rosa Mariette Oliveira Geisler
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza
Diretor Presidente

